

Ao  
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO  
Edital Nº 0309/2025

Ref.: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO

### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO Nº 01**

Com fundamento na prerrogativa conferida pela Lei nº 13.303/2016 e conforme disposto no Edital nº 0309/2025, a empresa Sonda do Brasil LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.641.327/0001-25, com sede na Alameda Europa, nº 1206 – 1.º e 3.º andar, Bloco B, Tamboré, Santana de Parnaíba/SP, CEP 06543-325, vem, por meio de seu procurador, apresentar os seguintes pedidos de esclarecimento:

#### **Questionamento 1:**

Nos termos do art. 32, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, admite-se expressamente a participação de licitantes em consórcio, sendo possível à Administração estabelecer regras para sua formação, desde que tais exigências não inviabilizem a competição ou limitem a participação de potenciais interessados.

Ocorre que o item 3.3 do Edital do Chamamento Público em tela, veda, de forma direta, a participação de interessadas em consórcio. Considerando a natureza do objeto e a complexidade das entregas previstas no Termo de Referência, é comum que empresas especializadas em áreas complementares se unam em consórcio para atender, de maneira mais eficiente e qualificada, às demandas previstas no Termo de Referência.

Assim, eventual excesso de restrições à formação de consórcios poderia reduzir a competitividade do certame e limitar indevidamente a participação de empresas com especialidades complementares, cuja união seria fundamental para o sucesso do projeto, em afronta aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa (art. 31 da Lei nº 13.303/2016).

Sabe-se que a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio constitui medida de caráter excepcional, que exige justificativa técnica adequada e devidamente fundamentada, sob pena de configurar restrição indevida à competitividade e, por conseguinte, potencial direcionamento ou frustração do objeto licitatório.

Diante disso, solicita-se esclarecimento quanto à motivação técnica e jurídica para a vedação à participação de consórcios neste certame, especialmente à luz do entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, conforme se observa a seguir:

*A vedação da participação em licitações de empresas em consórcio deve ser justificada, sob pena de restrição à competitividade. (TCU. Acórdão*

11196/2011 – Segunda Câmara. Relatório de Levantamento. Relator Min. Augusto Sherman. Sessão em 22.11.2011).

*A Administração, em respeito à transparência e à motivação dos atos administrativos, deve explicitar as razões para a admissão ou vedação à participação de consórcios de empresas quando da contratação de objetos de maior vulto e complexidade. (TCU. Acórdão 929/2017- Segunda Câmara (Representação, Relator Min. José Mucio Monteiro).*

*A decisão pela vedação de participação de consórcio de empresas em licitação é discricionária, porém deve ser devidamente motivada no processo administrativo. (TCU. Acórdão 3654/2012-Segunda Câmara (Representação, Relator Min. Marcos Bemquerer).*

**Questionamento 2:**

Nos termos do art. 31 da Lei nº 13.303/2016, o procedimento licitatório deve observar, entre outros, os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Nesse sentido, a exigência de comprovação de capacidade técnica deve ser interpretada com base na razoabilidade, de forma a não restringir injustificadamente a participação de licitantes aptos a executar o objeto, ainda que essa execução ocorra por meio de subcontratação regularmente prevista no edital.

A subcontratação, quando expressamente admitida pela administração e disciplinada no instrumento convocatório, constitui mecanismo legítimo que permite às empresas consorciadas ou não complementarem suas capacidades operacionais, desde que a contratada principal mantenha a responsabilidade integral pela execução e pelos resultados do contrato.

Quanto ao preenchimento das planilhas de Requisitos Funcionais e Capacidade Técnico-Operacional, podemos afirmar que as evidências solicitadas e apresentadas podem ser provenientes de parceiros que futuramente venham a participar da parceria na condição de subcontratados? Está correto o nosso entendimento?

**Questionamento 3:**

Analisando o edital, verificou-se que embora cite a proibição do consórcio não há qualquer vedação a participação da Licitante com o Grupo Econômico. Assim, gostaríamos de destacar alguns fatores importantes que ajudarão o SERPRO a avaliar de forma mais completa a nossa pergunta. 1. É reconhecido no mercado brasileiro, assim como no mercado mundial, que em algumas situações duas ou mais sociedades unem esforços, acervo técnico e maquinário, para desenvolver de forma mais produtiva e eficiente suas atividades econômicas, o que possibilita uma melhor prestação de serviços. 2. Eventual limitação de participação de empresas integrantes do mesmo grupo econômico da licitante que sejam detentoras de tais atestados limitaria a participação de empresas que possuem esse conhecimento e estão capacitadas para o futuro certame, prejudicando, por consequência, a escolha da proposta mais vantajosa para o SERPRO; 3. Entende a melhor doutrina em Direito Administrativo que "(...) a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre

os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. ” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 19 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 227); 4. Admitir a aceitação de atestados em nome de empresas integrantes do mesmo grupo econômico da Licitante permitirá não só maior competitividade, como também o desenvolvimento eficiente e eficaz da economia nacional, trazendo conhecimento e expertise técnicos já desenvolvidos e aplicados com sucesso. Isto porque a experiência de uma empresa, que constitui sua propriedade imaterial, é amplamente compartilhada na sua extensão do modelo de operação; 5. Não há vedação na Lei de Licitações que afastam a utilização de atestados de empresas que fazem parte do mesmo Grupo Econômico; 6. O TCU já decidiu que não há impedimento legal, caso o Licitante apresente atestados de empresas de um mesmo grupo econômico, pois no grupo econômico a personalidade e patrimônios distintos se conversam. 7. Alguns outros editais já trazem trechos cristalinos sobre o tema, como este, “Serão aceitos atestados em nome da Matriz ou Filial, e de empresas do mesmo grupo econômico, desde que comprovada a relação entre elas, o que poderá ser feito através de documentos de constituição das empresas, tais como Contrato Social, Certidão da Junta Comercial, Annual Report, ou informações presentes nos portais eletrônicos oficiais das empresas. Não poderão ser apresentados atestados de fornecimento: - emitidos por empresas do mesmo grupo econômico da empresa que busca o cadastramento ou habilitação em licitações; - emitidos por empresas que possuam sócio, administrador ou funcionário em comum com a empresa que busca o cadastramento ou habilitação em licitações;” Tendo em vista os fatores acima elencados, entendemos que serão aceitos nesta licitação atestados de capacidade técnica emitidos para outras empresas do grupo econômico da Licitante, pois há compartilhamento de metodologias, recursos e expertises, e também por propiciar um maior número de concorrentes devidamente qualificados, com vistas ao oferecimento, em termos de qualidade e excelência, dos melhores serviços para o SERPRO. Para exemplificação, a empresa A (Licitante) poderá utilizar atestados que foram emitidos para a empresa B, sendo que A e B pertencem ao mesmo Grupo Econômico, devido a união de esforços entre as empresas, seja acervo técnico, maquinário, administrativo, entre outros. Reforçamos e esclarecemos que não se trata de atestados emitidos entre as empresas do mesmo grupo econômico, mas atestados de clientes distintos dessas empresas. Ainda, para não restar dúvida acerca da clarificação da Licitante, complementamos: A Licitante compreende que poderá comprovar a sua capacidade técnica com atestados que pertencem a empresas de seu Grupo Econômico, visto que não há qualquer vedação legal e há tempos vem sendo aceito pelos órgãos contratantes. Está correto o nosso entendimento?

**Questionamento 4:**

Conforme analisado em outros certames públicos realizados por esta respeitável entidade, o mais recente, o 0076/2025 - Consulta Pública Eletrônica Chamamento Público para Solução Broker SENATRAN, admite a apresentação de documentação que comprove que a empresa está em fase de obtenção das certificações exigidas, mesmo que ainda não tenha finalizado o processo de certificação.

Entendemos que a exigência de certificações deve ser interpretada com razoabilidade e proporcionalidade, levando-se em consideração o tempo necessário para sua obtenção e a possibilidade de empresas efetivamente qualificadas estarem em fase final de certificação.

A apresentação de evidências que demonstrem o andamento formal do processo de certificação representa um compromisso concreto da empresa com padrões de qualidade, compliance, segurança da informação e privacidade de dados, o que, sob o ponto de vista técnico, pode ser considerado equivalente à certificação concluída para fins de habilitação.

Considerando que no ANEXO IV - TEC OPERACIONAL é exigida a apresentação das certificações ISO 9001 – Gestão da Qualidade, ISO 37301 – Gestão de Compliance, ISO 27001 – Gestão da Segurança da Informação e ISO 27701 – Gestão de Informações de Privacidade, entendemos, em respeito ao tratamento equitativo e à razoabilidade, que serão aceitas evidências do processo de obtenção das certificações como comprovação. Está correto o nosso entendimento?

Essa solicitação visa ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a qualificação técnica necessária, permitindo que organizações que já demonstraram compromisso formal com a certificação possam participar da licitação.

#### **Questionamento 5:**

Conforme o ANEXO IV – TEC OPERACIONAL, o edital exige cumulativamente que a licitante possua as seguintes certificações:

- ISO 27001 – Gestão da Segurança da Informação; e
- ISO 27701 – Sistema de Gestão de Informações de Privacidade.

Entretanto, cumpre esclarecer que a **ISO 27701:2019** é uma extensão natural da **ISO 27001**, não podendo sequer ser implementada de forma isolada. Sua certificação pressupõe a adoção plena dos requisitos da ISO 27001, conforme dispõe o próprio texto da norma:

"Esta Norma Internacional é uma extensão da ISO/IEC 27001 e da ISO/IEC 27002 para a gestão da privacidade no contexto de informações de identificação pessoal (PII). Esta Norma não se destina a ser utilizada separadamente da ISO/IEC 27001."

Dessa forma, exigir cumulativamente ambas as certificações geram duplicidade de requisitos técnicos, o que:

- Restringe indevidamente a ampla competitividade do certame, em afronta ao art. 31 da Lei 13.303/2016;
- Afronta o princípio da proporcionalidade (art. 30 da Lei 13.303/2016), pois impõe exigências excessivas sem necessidade técnica justificada.

Além disso, considerando o objeto licitado e a necessidade de assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação e da privacidade dos dados pessoais, cumpre destacar que as normas **ISO 27017** (controles de segurança para serviços em nuvem) e **ISO 27018** (proteção de informações pessoais em nuvem pública) também oferecem diretrizes robustas e específicas, alinhadas às práticas da ISO 27701.

Tal flexibilização não compromete a qualidade e a segurança exigidas no objeto licitado, respeita a natureza complementar das normas e preserva os princípios que regem as licitações públicas.

Posto isto e considerando que a ISO 27701 é uma extensão da ISO 27001, cuja certificação pressupõe o cumprimento pleno dos requisitos da primeira, é correto o entendimento de que a certificação ISO 27701 é suficiente para atender aos requisitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais, sem a necessidade de apresentação da ISO 27001?

Considerando a similaridade e convergência técnica entre a ISO 27701 e as certificações ISO 27017 e ISO 27018, que também tratam de segurança da informação e proteção de dados pessoais, entendemos ser possível a aceitação dessas certificações alternativas para o atendimento dos requisitos previstos no edital, a fim de ampliar a competitividade do certame e evitar restrições desnecessárias à participação de licitantes qualificados, em conformidade com os princípios da isonomia e da proporcionalidade estabelecidos na Lei nº 13.303/2016. Está correto nosso entendimento?

**Questionamento 6:**

Considerando o prazo de 3 (três) dias úteis entre a apresentação do pedido de esclarecimento e a data de abertura da licitação, é necessário desconsiderar o próprio dia da abertura. Diante disso, no caso do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO nº 0309/2025, entendemos que o último dia útil para apresentação desses pedidos é 21/05/2025. Nosso entendimento está correto?

**Atenciosamente**

**Sonda do Brasil LTDA**  
**CNPJ: nº 64.641.327/0001-25**  
**Mauro Jose de Mattos Buccos Junior**  
**Diretor Executivo Setor Público Brasil**  
**RG: 100.01934-8 SSP/RJ**  
**CPF: 499.595.654-91**  
**☎ (61) 99104-7242/(61) 99415-8143**  
**✉ [gsv@sonda.com](mailto:gsv@sonda.com)**